



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

### Ata nº 49 / XIII / 2.ª SL

Aos treze dias do mês de outubro de 2016, pelas dezassete horas e quarenta e cinco minutos, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, no formato **Mesa e Coordenadores**, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

### Ordem do Dia (OD):

#### 1. **Audição da Fundação Ajuda à Igreja que Sofre (AIS).**

Compareceram à presente sessão os Senhores Deputados:

José Cesário (PSD);

Ana Rita Bessa (CDS/PP);

Joana Lima (PS)

Ausente em trabalho político, não compareceu o Senhor Deputado Carlos Alberto Gonçalves, Vice-presidente da Comissão.

Iniciada a sessão, o Senhor **Deputado José Cesário**, que dirigiu os trabalhos, deu as boas vindas à delegação da entidade visitante, composta pelos seguintes elementos:

- Dr.ª Catarina Martins Bettencourt;
- Prof. Doutor David Sampaio Barbosa;
- Arq. Miguel Brito Correia.

De seguida, após ter explicado a metodologia subjacente à audição, concedeu a palavra ao CDS/PP, na pessoa da Senhora **Deputada Ana Rita Bessa (CDS/PP)**, por ter sido aquele partido a apresentar o Requerimento para a presente audição, tendo sido referida a enorme

preocupação com a perseguição religiosa no mundo, onde cerca de 80% é dirigida aos crentes de confissões cristãs.

Usando a palavra, a **Dr.ª Catarina Bettencourt** que começou por se apresentar, bem como aos restantes elementos da comitiva, passando de seguida a apresentar a Fundação AIS, a que preside, situando o seu surgimento em 1947, com o intuito de apoiar refugiados católicos da antiga Alemanha de Leste. A ajuda a todos os que, independentemente do país a que pertençam, sofram de perseguição e discriminação religiosa, constitui escopo fundamental da Fundação. De seguida, apresentou o mapa da liberdade religiosa onde são assinaladas zonas críticas para a liberdade confessional, destacando os casos da Ásia, África e Médio Oriente (consultável [aqui](#)), com destaque para esta última zona do globo, onde grupos radicais islâmicos têm vindo a perseguir cidadãos por motivos religiosos, promovendo verdadeiras “limpezas” religiosas, tendo dado o exemplo do Iraque, onde em 2003 existia uma comunidade cristã de um milhão e meio de pessoas, hoje reduzida a duzentas e cinquenta. Na sua opinião, a denominada “primavera árabe” transformou-se hoje num verdadeiro “inverno árabe”, sem lei nem ordem.

Prosseguiu, referindo que a grande esperança da Igreja Católica reside hoje em África, onde o cristianismo tende ainda a ser visto como uma consequência colonial, conotada com a ganância e a exploração.

Aludiu, ainda, ao caso específico e sobejamente conhecido de Asia Bibi, de nacionalidade paquistanesa, o qual não é sequer único, e cujo julgamento por blasfémia, foi adiado, estando em causa a condenação com pena de morte. No Paquistão, foram registados, entre 1984 e 2004 dois mil casos semelhantes, principalmente no Punjabe, onde, geralmente, não chegam sequer a existir julgamentos, sendo a própria população a “fazer” justiça por meios próprios. O caso de Asia Bibi constitui o primeiro caso em que existe julgamento a decorrer, muito por força da pressão internacional.

Interveio o Senhor **Deputado José Cesário** para manifestar o seu apoio e do seu partido a esta causa, problema que, segundo entende, é adensado pelo fenómeno da globalização. Desta forma, a Comissão de Negócios Estrangeiros pretende juntar a sua voz à da Fundação, no sentido de contribuir para o fim da discriminação religiosa.

Interveio a Senhora **Deputada Joana Lima (PS)** para saudar a vinda da Fundação ao Parlamento e à Comissão, salientando o trabalho meritório desenvolvido pela mesma.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

Sublinhou que a questão da intolerância religiosa, por si só, em causa configura flagrante violação dos Direitos Humanos, com a qual o seu partido não compactua. No demais, fez suas as palavras do Deputado José Cesário, prometendo que se manterá atenta à evolução da situação em geral, e do processo de Asia Bibi, em particular.

Retomou a palavra a Senhora **Deputada Ana Rita Bessa (CDS/PP)** para relembrar a existência no Parlamento de diversas iniciativas sobre a situação específica de Asia Bibi, inclusive junto da Embaixada do Paquistão, em Lisboa, perante a qual foi entregue uma carta apelando à reversão da condenação daquela na pena de morte. De seguida, perguntou à Fundação se esta mantém algum tipo de colaboração institucional com o Governo, e que balanço faz a Fundação da participação portuguesa no Conselho da Europa, no que aos Direitos Humanos diretamente respeita.

Interveio o Senhor **Deputado José Cesário** para aludir à longa história de Portugal no Mundo, capaz de lidar com tudo e todos, facto que explica, segundo referiu, a particular relação de Portugal com as suas ex-colónias. Na abordagem à questão da liberdade religiosa, entende que se tem privilegiado mais a vertente filosófica do que a humanista, tendo reforçado a solidariedade e disponibilidade pessoal e do PSD para ajudar a melhorar a situação, sendo que a Comissão está igualmente disponível para se associar aos esforços da Fundação em tal sentido, até por ser adepto dos “pequenos passos” nos processos de mudança.

Em resposta, a **Dr.ª Catarina Bettencourt** agradeceu a disponibilidade manifestada, até por entender ser a Assembleia da República uma instituição central, que é ouvida e se faz ouvir. Informou que, segundo apurou, existe disponibilidade do Paquistão para rever a lei em causa e o regime da pena de morte em casos semelhantes ao acima relatado, embora tenha reconhecido a existência de algumas posições extremistas no mencionado âmbito. Relembrou, ainda, ter já comparecido, em 2015, perante a 1.ª Comissão, tendo desde aí verificado um crescente interesse na questão da liberdade religiosa, reconhecendo existirem assinaláveis interesses económicos por detrás deste problema.

A terminar, o Senhor **Deputado José Cesário** disponibilizou-se para divulgar a questão da intolerância religiosa junto das organizações parlamentares internacionais de que faz parte



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

ou em cujos fora participa, tendo renovado os agradecimentos pela presença da delegação da Fundação perante a 2.ª Comissão.

E nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a sessão, pelas 18 horas e vinte minutos, da mesma existindo registo áudio consultável em:

[http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/2SL/COM/02\\_CNECP/CNECP\\_20161013\\_2.mp3](http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/2SL/COM/02_CNECP/CNECP_20161013_2.mp3)

Palácio de S. Bento, 13 de outubro de 2016

**O Presidente da Mesa**

**(José Cesário)**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins  
Ângela Guerra  
Carlos Alberto Gonçalves  
Domicilia Costa  
Filipe Lobo D' Ávila  
Gabriela Canavilhas  
Isabel Santos  
Joana Lima  
Jorge Moreira da Silva  
Paula Teixeira da Cruz  
Paulo Neves  
Paulo Pisco  
Sérgio Sousa Pinto  
Carla Cruz

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Páscoa Gonçalves  
João Oliveira  
José Cesário  
Lara Martinho  
Nuno Magalhães  
Ricardo Baptista Leite  
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões  
Pedro Filipe Soares  
Porfírio Silva

**A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 18/01/2017.**

